

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL

MARIA JULIA FELIX HUBER

**FORMAÇÃO DE EDUCADORES SOCIAIS DE CASAS DE ACOLHIMENTO
INFANTOJUVENIL: CONSTRUINDO DEMANDAS E PROPOSTAS DE AÇÃO**

São Carlos – SP

2021

MARIA JULIA FELIX HUBER

**FORMAÇÃO DE EDUCADORES SOCIAIS DE CASAS DE ACOLHIMENTO
INFANTOJUVENIL: CONSTRUINDO DEMANDAS E PROPOSTAS DE AÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Terapia
Ocupacional da Universidade Federal de
São Carlos como requisito para obtenção
do título de Bacharel em Terapia
Ocupacional.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Fernanda
Barboza Cid

São Carlos – SP

2021

Um dia você começa a aprender que não se deve comparar com os outros, mas com o melhor que se pode ser. Descobre que se leva muito tempo para se tornar a pessoa que quer ser, e que o tempo é curto. Aprende que não importa aonde já chegou, mas para onde está indo.

(William Shakespeare)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer minha família por sempre me incentivarem e acreditarem em meu potencial. Aos meus pais Rovaldo e Helena, por serem pessoas batalhadoras que não mediram esforços para que a minha educação fosse prioridade, sou eternamente grata por tudo que me ofereceram e ensinaram, sem vocês não seria quem sou. Sou grata, em especial à minha estimada mãe, por me ensinar a prosperar frente aos desafios e eventualidades, sem você não saberia como ser luz nesse universo tão grande e por vezes confuso, a luz que você espalha contágia.

Sou imensamente grata pela confiança depositada no meu projeto pela minha querida professora e orientadora, Maria Fernanda Cid. Obrigada por me manter motivada durante todo o processo e por todo seu apoio e carinho, que foram fundamentais para que tornasse mais leve essa trajetória.

Agradeço minhas amigas de curso, por toda ajuda e compreensão pelos sumiços árduos, porém necessários para a finalização do projeto. A gente voa cada vez mais alto quando voamos juntas. Mal posso esperar para ver o que o futuro nos aguarda.

Sou grata aos educadores que participaram da pesquisa, confiando a mim suas perspectivas e trajetórias na Casa de Acolhimento. Obrigada por toda a prontidão e pela luta que travam cotidianamente junto às crianças e adolescentes.

Agradeço à Universidade Federal de São Carlos, por ter tido o privilégio de me formar em um local de referência, que me traz tanto orgulho e com tantas lembranças que permanecerão para sempre em minha memória como uma das melhores fases da minha vida.

Por fim, agradeço também a todas as discentes do Departamento de Terapia Ocupacional, seus ensinamentos foram ímpares e essenciais para e durante minha graduação, saio com a tristeza da partida, mas com a felicidade de poder carregar no peito ensinamentos de profissionais tão sensíveis e que foram alicerces para minha formação profissional.

RESUMO

As crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e a atenção a esta população deve ser garantida de forma corresponsável e intersetorial. Logo, quando uma criança ou adolescente tem seus direitos violados na convivência familiar, o ECA prevê em caráter de excepcionalidade e provisoriedade, a medida de acolhimento institucional. É necessário que a equipe compreenda a problemática enfrentada e as competências necessárias para a realização de ações de cuidado efetivas. O presente estudo teve como objetivo identificar as percepções de educadores sociais de uma casa de acolhimento infantojuvenil a respeito do trabalho desenvolvido na instituição, suas potências e desafios e sobre as demandas relacionadas à formação teórico-prática de educadores. Participaram dez educadores(as) de uma casa de acolhimento localizada em uma cidade do interior do estado de São Paulo. A coleta de dados foi realizada virtualmente pelos instrumentos de formulário de identificação dos participantes e questionário virtual via plataforma *Google Forms*®, com educadores(as) atuantes no serviço por pelo menos três meses. Os dados foram analisados de forma descritiva, a partir da técnica de análise temática de Bardin. Os resultados apontam que se faz necessário a capacitação continuada desses profissionais; apoio dos órgãos municipais e estaduais; necessidade de apoio da equipe para um trabalho mais efetivo; reconhecimento salarial. No entanto, há uma escassez de estudos envolvendo as percepções a respeito das informações teórico-práticas, a participação colaborativa dos educadores no processo de se realizar a prática profissional e na sua capacitação. Assim, indica-se a continuidade de estudos dessa natureza, em contribuição para maior compreensão do conhecimento teórico dos profissionais referente à temática do público infantojuvenil institucionalizado.

Palavras-chaves: Acolhidos infantojuvenil. Casa de Acolhimento. Educadores Sociais.

ABSTRACT

Children and adolescents are subjects of rights and the heed for this population must be guaranteed in a co-responsible and intersectoral manner. Therefore, when a child or adolescent has their rights violated, in family life, the ECA provides, on an exceptional and provisional basis, the measure of institutional care. It is necessary for the team to understand the problem faced and the skills needed to carry out effective care actions. This study aimed to identify the perceptions of social educators from a residential child and youth care about the work developed at the institution, its strengths and challenges, and the demands related to the theoretical-practical training of educators. The subjects were ten educators from a residential child and youth care, located in a city of the state of São Paulo. Data collection was carried out virtually, using the participants' identification form instruments and a virtual questionnaire via the *Google Forms*® platform, with educators working in the service for at least three months. Data were analyzed descriptively, using Bardin's thematic analysis technique. The results show that the continued training of these professionals is necessary; there is a lack of support from municipal and state services; need for team support for a more effective work and salary recognition. However, there is a shortage of studies involving perceptions about theoretical and practical information, the collaborative participation of educators in the process of carrying out professional practice and in their training. Thus, the continuity of studies of this nature is indicated, to contribute to a greater understanding of the theoretical knowledge of professionals regarding the issue of institutionalized children and adolescents.

Key-words: Institutionalized children. Residential Child and Youth Care. Social Educators.

LISTA DE SIGLAS

CONADA	Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONU	Organização das Nações Unidas
PNCFC	O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Criança e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 OBJETIVO.....	13
3 METODOLOGIA.....	13
3.1 Participantes	13
3.2 Local.....	14
3.3 Instrumentos para coleta de dados.....	14
3.4 Procedimentos.....	15
3.4.1 Aspectos éticos	15
3.4.2 Identificação e localização dos participantes.....	15
3.4.3 Coleta de dados.....	15
3.4.4 Análise de dados.....	16
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	16
4.1 Perfil dos educadores.....	16
4.2 Sobre a atuação e formação de educadores para casa de acolhimento infantojuvenil.....	19
4.2.1. Perspectivas práticas da ação de um educador social de casa de acolhimento infantojuvenil.....	19
4.2.2. Particularidades envolvidas no trabalho de educador social.....	23
4.2.3. Demandas de formação para educadores de casas de acolhimento infantojuvenil.....	26
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
6 REFERÊNCIAS.....	34
7. ANEXOS.....	37
7.1 Anexo I Autorização de pesquisa em espaço público.....	37
7.2 Anexo II Comitê de Ética de Pesquisa em Seres Humanos.....	38

1 INTRODUÇÃO

As crianças e os adolescentes são sujeitos de direitos, visto que em 13 de julho de 1990, foi sancionado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei Federal 8069/90), responsável por reafirmar estas condições e estabelecer que a família, a escola, a saúde e a assistência social devem atender e garantir estes direitos (BARROS, 2015). No início dos anos 90, o ECA, em conjunto com a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU), promoveu deliberações importantes no campo da Saúde Mental, que inscreveram a construção nacional e política em uma nova concepção de criança e adolescente, permitindo que os mesmos fossem reconhecidos como sujeitos importantes para as políticas públicas voltadas aos cuidados fundamentais de sua condição de sujeito psíquico (COUTO; DELGADO, 2015).

Dessa forma, tanto as políticas, quanto as instituições e profissionais envolvidos com a oferta de assistência às crianças e adolescentes estão implicados na garantia do acesso aos direitos dessa população e, conseqüentemente na construção de contextos mais protetores e inclusivos que permitam a circulação, o ser e o estar das infâncias e juventudes, considerando suas pluralidades e especificidades. Diante deste quadro, quando uma criança ou adolescente tem seus direitos violados, no que se refere à convivência familiar, o ECA prevê em caráter de excepcionalidade e provisoriedade, a medida de acolhimento institucional (BRASIL, 1990).

Esta medida trata-se de um serviço que integra o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em sua alta complexidade (BRASIL, 2011) e tem a função de assegurar todos os direitos garantidos às crianças e adolescentes (NAIFF, 2008). Para que isto ocorra, é necessário que a equipe atuante no serviço tenha dimensão da problemática enfrentada pelas crianças e adolescentes e as competências necessárias para a realização de ações de cuidado educativas, visando oferecer o suporte adequado para o crescimento dos mesmos.

Vale ressaltar que a partir do ECA, o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONADA) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), elaboraram em 2009, diretrizes técnicas para diferentes modalidades de acolhimento, substituindo a nomenclatura “abrigo” por acolhimento institucional, que passou a ter uma função de garantir às crianças e adolescentes acolhidos todos os direitos previstos no ECA, inclusive a convivência familiar e comunitária e não apenas a proteção física desse público (BARROS; NAIFF, 2015; BRASIL, 2009; NAIFF, 2008; RIZZINI; NAIFF; BATISTA, 2007).

Dessa forma, o encaminhamento da criança e do adolescente para o serviço de acolhimento institucional deve ocorrer apenas quando forem esgotados todos os recursos para manutenção dos vínculos da família de origem e extensa; e quando a permanência na convivência familiar cause impactos e danos para o campo psicossocial e físico da criança e do adolescente, como por exemplo, situações de violência e negligência (BRASIL, 2009).

Algumas pesquisas têm apontado que o afastamento do convívio familiar pode acarretar em consequências negativas para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, sendo necessário haver um serviço de acolhimento institucional que assegure condições favoráveis ao desenvolvimento e proporcione superação de vivência de separação e/ou violência; fortalecimento de sua cidadania, autonomia e inserção social; desenvolvimento integral (cognitivo, psicossocial, físico); além de possibilitar apropriação e ressignificação de história de vida (BRASIL, 2009; CALVALCANTE; CORRÊA, 2012; BARROS; NAIFF, 2015).

Destaca-se que a equipe que atua nos serviços de acolhimento institucional é interdisciplinar, composta por diferentes profissionais, sendo eles: psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, pedagogos e educadores sociais. A ação desenvolvida pela equipe técnica está diretamente relacionada à garantia dos direitos e restabelecimento da relação familiar. Já aos educadores sociais, cabe a responsabilidade de desenvolver ações de cuidado básico e socioeducativas (BRASIL, 2009).

Focalizando na figura do educador social, a Resolução conjunta n. 1, de 18 de junho de 2009, intitulada “*Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*” (Orientações técnicas), assinada pelo CONANDA e pelo CNAS, define quais são as atribuições dos educadores, sendo elas: vinculação com a criança/adolescentes atendida, contribuindo para uma construção familiar no serviço; fortalecer os vínculos entre familiares ou família substituta; domínio do ECA; promover individualidade da criança e adolescente; preservação dos direitos dos usuários (BRASIL, 2009; BARROS; NAIFF, 2015).

No entanto, a literatura tem apontado que quando não há clareza de seu papel, os educadores não conseguem realizar seu trabalho de forma segura, o que influencia e impacta negativamente na dinâmica do trabalho. Somando-se a isso, existe o desconhecimento do papel da profissão, o pouco conhecimento teórico sobre a temática do desenvolvimento infantojuvenil e sobre o ECA. À vista disso, os educadores são submetidos a realizarem métodos improvisados, prejudicando sua funcionalidade de trabalho, havendo assim a necessidade de

seleção, capacitação e acompanhamento de todos os profissionais responsáveis pelo cuidado das crianças e adolescentes acolhidos neste serviço (TIMONEN-KALLIO; HAMALAINEN, 2019; GHRABAGHI, 2010).

Alguns autores destacam que uma das principais estratégias para garantir que o cuidado oferecido nos serviços de acolhimento seja, de fato, protetivo, é a capacitação e os processos de educação permanente direcionados aos profissionais, que podem acontecer através de aulas, oficinas, palestras e outros dispositivos que aproximem a equipe das legislações que regulamentam a sua prática, ou ainda de reuniões periódicas de equipe, estudos de caso, supervisão institucional com profissional externo, encontros diários entre profissionais dos diferentes turnos para troca de informações, espaço de escuta individual, avaliação/orientação e apoio periódicos pela equipe técnica (MAGALHÃES; COSTA; CALVALCANTE, 2011; BRASIL, 2009).

Vale apontar que o documento Orientações Técnicas (2009) prevê determinados temas para capacitação profissional, entre eles:

a) cuidados com crianças e adolescentes; b) noções sobre desenvolvimento infantojuvenil; c) noções sobre o ECA (Lei Federal 8.069/90 de 13 de julho) e SUAS (NOB/SUAS, 2005); d) Sistema de Justiça e PNCFC – O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Criança e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2009, p.57).

Apesar da escassez de pesquisas voltadas a esta temática no Brasil e no mundo (BARROS; NAIFF, 2015), foram encontrados estudos na literatura que vão ao encontro da problemática (TIMONEN-KALLIO; HAMALAINEN, 2019; KIARA, 2010; ORIONTE; SOUSA, 2005; MAGALHÃES; COSTA; CAVALCANTE, 2011).

Timonen-Kallio e Hamalainen (2019), pesquisadores finlandeses, realizaram um estudo com o objetivo de investigar, junto à profissionais de casa de acolhimento, quais seriam as expertises necessárias para o serviço e analisar quais são as competências dos profissionais neste campo, como também como essas habilidades são construídas. Os resultados encontrados indicaram que os profissionais não conseguem detalhar profissionalmente o que estaria enquadrado em seu campo de saber e o que compreendem sobre sua identidade profissional. Na teoria, suas práticas se tornam bem diferentes quando comparadas ao contexto prático desses profissionais, principalmente quando se é relacionado com o manejo adequado para o cuidado dessas crianças e adolescentes institucionalizados.

Kiara (2010) realizou um estudo qualitativo com 24 serviços de três setores diferentes: saúde mental infantil, bem-estar infantil e serviços residenciais privados, visando identificar oportunidades de formação e desenvolvimento profissional em ambientes que oferecem o atendimento em casas de acolhimento em Ontario, Canadá. O foco da pesquisa foi a formação nas casas de acolhimento e sobre quem forma a rede de apoio para tais equipamentos assistenciais.

No que se refere às casas de acolhimento, os resultados indicaram que existem poucas políticas públicas direcionadas à formação dos profissionais que atuam no serviço, salientando o sentimento de despreparo sentido por esses profissionais quando se trata do cuidado de população infantojuvenil, especialmente no contexto de sujeitos que são tirados de seu cenário familiar. Além disso, foi observado que os processos formativos, quando ocorrem, não condizem com as realidades vivenciadas na dinâmica do trabalho com as crianças e adolescentes acolhidos (KIARA, 2010).

No contexto brasileiro, Oriente e Sousa (2005) realizaram uma pesquisa com cinco crianças em uma instituição de acolhimento para compreender o significado do abandono para as mesmas. Dentre os resultados obtidos, foi verificado que as crianças se sentem pouco ouvidas no contexto do acolhimento. Além disso, foi possível verificar a sensação de despreparo dos técnicos e funcionários para o exercício de um trabalho mais efetivo, além da precariedade das condições de trabalho vivenciadas por estes profissionais.

O estudo de Magalhães, Costa e Cavalcante (2011) teve o objetivo de analisar a percepção de cuidadores, sobre o trabalho desenvolvido por eles e sobre as crianças institucionalizadas. Os resultados apontaram que o atendimento da instituição é satisfatório com cuidados físicos básicos, mas não com questões afetivas e intelectuais. As autoras ainda destacam que os dados da pesquisa apontam para investimento na formação inicial e na capacitação continuada dos cuidadores, medidas que poderiam fazer a diferença no cuidado dispensado às crianças.

Corroborando com as sinalizações das autoras, acredita-se que cada serviço constitui uma rede específica, de um município singular, ou seja, apresenta demandas também particulares que devem ser consideradas nos processos de formação. Desta forma, as ações de formação e capacitação dos trabalhadores devem partir destas demandas singulares, no sentido de tornar o processo mais significativo e efetivo (CID; GASPARINI, 2016; KIARA, 2010).

Neste caminho, considerando a escassez de estudos que focalizem a formação de educadores de casas de acolhimento infantojuvenil, a despeito do consenso de que tal questão é primordial para que os direitos das crianças e adolescentes acolhidos sejam, de fato assegurados, o presente estudo pretende contribuir, na medida em que envolve a escuta de educadores sociais que assistem os acolhidos institucionalmente, a respeito da temática da formação profissional, buscando considerar a voz deste coletivo, tendo em vista a construção de processos formativos mais significativos.

2 OBJETIVO

O presente estudo teve como objetivo identificar as percepções dos(as) profissionais de uma casa de acolhimento infantojuvenil a respeito do trabalho desenvolvido na instituição, suas potências e desafios e sobre as demandas relacionadas à formação teórico-prática de educadores.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, uma vez que este tipo de investigação tem como fundamentos a obtenção de dados sobre pessoas, lugares e processos que interagem de forma direta ou indireta com o pesquisador, sendo assim, os fenômenos e vivências analisadas de acordo com as perspectivas dos sujeitos da situação em estudo (GODOY, 1995).

Outra característica importante da metodologia qualitativa é a variedade da análise dos dados, exigindo do pesquisador uma capacidade integrativa e analítica (MARTINS, 2004).

3.1 Participantes

Foram participantes do presente estudo dez educadores de uma casa de acolhimento localizada em uma cidade do interior do Estado de São Paulo. Para o desenvolvimento da pesquisa, foram selecionados profissionais que estivessem atuando na Casa de Acolhimento por pelo menos três meses, e que tivessem disponibilidade para responder o questionário virtual

realizado via a plataforma *Google Forms*®, ferramenta esta utilizada, devido a impossibilidade de encontros e entrevistas presenciais em razão da Pandemia da COVID-19.

3.2 Local

O contexto da presente pesquisa se refere a uma casa de acolhimento localizada em um município do interior do estado de São Paulo. Este serviço de acolhimento para crianças e adolescentes tem caráter provisório, sendo utilizado como último recurso e como medida protetiva (ECA, 1990, Art 101), quando há abandono ou cujas famílias e/ou responsáveis encontram-se impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção (BRASIL,2009).

De acordo com o documento Orientações Técnicas (2009), o serviço deve ter aspecto semelhante a uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas de residência, não possuindo nenhuma sinalização que o identifique como equipamento institucional. Além do mais, deve possibilitar o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes acolhidos, como também a utilização dos equipamentos disponíveis na comunidade (BRASIL, 2009).

O serviço possui uma equipe profissional mínima, sendo obrigatoriamente composta por coordenador, equipe técnica, educador e auxiliar de educador.

3.3 Instrumentos para coleta de dados

Formulário de identificação dos participantes trabalhadores da Casa de Acolhimento: elaborado pelas pesquisadoras a fim de caracterizar os participantes, através de questões objetivas tais como gênero, idade, formação, tempo de trabalho na casa de acolhimento, tempo de trabalho no campo da assistência social;

Questionário virtual *Google Forms*®: elaborado pelas pesquisadoras, com questões abertas que buscaram explorar a compreensão dos profissionais em relação ao que é o serviço de acolhimento, o que compreendem ser o papel e função de um educador social, quais são os procedimentos para as crianças e adolescentes chegarem ao serviço, quais são os principais desafios e potências do trabalho, estratégias que realizam para exercerem seu trabalho no equipamento. O questionário foi desenvolvido com base nas variáveis apontadas pela literatura no que diz respeito à formação de educadores, bem como considerando os objetivos do presente estudo, além de possibilitar abertura suficiente para permitir a manifestação das singularidades do grupo de participantes.

3.4 Procedimentos

3.4.1. Aspectos éticos

O presente projeto de pesquisa foi apresentado à Secretaria de Cidadania e Assistência Social do município em questão, que concordou com a realização da pesquisa, emitindo um documento de autorização de pesquisa em espaço público (Anexo I). Além disso, a pesquisa também foi submetida e aprovada junto ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFSCar (CAAE: 30250320.7.0000.5504) (Anexo II). Ressalta-se o compromisso das proponentes deste projeto de investigação com o cumprimento de todos os procedimentos éticos envolvidos no desenvolvimento de estudos com seres humanos.

Observa-se que os educadores receberam por email um *link* que os encaminharam à página de pesquisa disponibilizada na plataforma *Google Forms®*, na qual a primeira parte constava o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Todos os participantes foram solicitados a ler o TCLE; se concordassem com a participação, deveriam assinalar a aceitação por meio da plataforma. Eles só prosseguiriam para as próximas etapas da pesquisa caso aceitassem participar do estudo de forma voluntária.

3.4.2. Identificação e localização dos participantes:

A localização e identificação dos participantes ocorreu por meio do contato das pesquisadoras com a gestão da casa de acolhimento, foco do presente estudo. Foi apresentado o estudo e seus objetivos aos trabalhadores(as), os(as) convidando para a participação, àqueles que aceitaram, foi enviado o link para preenchimento do questionário, o qual contava, no início, o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

3.4.3. Coleta de dados

A coleta de dados do presente estudo ocorreu virtualmente, no período de um de julho de 2020 a 28 de agosto de 2020 a partir de respostas ao formulário virtual, *Google Forms®*, que ocorria de acordo com a flexibilidade de horários dos participantes. Ressalta-se que as pesquisadoras disponibilizaram contato telefônico para que os participantes pudessem tirar eventuais dúvidas em relação às questões do formulário, ou dificuldades de acesso ou manejo da plataforma.

3.4.4. Análise de dados

Os dados obtidos a partir do formulário de identificação dos participantes trabalhadores da Casa de Acolhimento, foram analisados de forma descritiva, simples. Os resultados advindos das questões do questionário foram analisados a partir da técnica de Análise Temática. Esta é uma técnica do método de Análise de Conteúdo de Bardin, onde a concepção da unidade de registro e contexto tema representa a expressão de significados libertos de um material ao nível de análise que se faz sob o mesmo, permitindo a descoberta de núcleos de sentido que compõem a comunicação, onde a aparição e a frequência destes núcleos são possíveis indicadoras de significados frente ao objeto analítico escolhido (BARDIN, 2009).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do presente estudo serão apresentados e discutidos em duas seções, sendo que primeiramente serão relatados os dados advindos das características gerais dos participantes (perfil dos educadores) e em seguida os temas provenientes da análise temática das questões abertas do questionário utilizado. Observa-se que os(as) participantes, ao longo do texto, serão identificados/as por letras (participante A, participante B...), como forma de garantir sigilo de identidade, conforme as orientações do Comitê de Ética em Pesquisa.

4.1. Perfil dos educadores

A partir dos resultados foi possível observar que, dos dez participantes do estudo, sete são do sexo feminino. Em trabalhos publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a respeito do contexto educativo, tem-se que do total de 187.740 gestores declarados nas 180,6 mil escolas em 2019, 80,8% são do sexo feminino (Fundação IBGE, 2019). Observa-se que a maioria dos profissionais que atuam com a educação de crianças e adolescentes no país são do gênero feminino. Estes resultados perpassam pela trajetória do cuidado desse público, como também os contextos culturais e sociais do país, onde esses desdobramentos vinculavam o cuidado às mulheres, principalmente no que tangia a primeira infância (CALVALCANTE; CORREA, 2012).

Segundo Vianna e Uhbeaum (2006), essa concepção ilusória de que as mulheres são biologicamente mais capazes do cuidado e educação da população infantojuvenil apenas reforça

os baixos investimentos públicos que foquem uma formação docente nos diferentes espaços de educação, além de corroborar com que estes espaços se tornem fonte de trabalho feminino mal remunerado (ROSEMBERG, 2002 apud VIENNA; UHBEHAUM, 2006). As autoras também relatam sobre a necessidade da organização de espaços que busquem as especificações da identidade profissional e que busquem estratégias sobre a escassez do sexo masculino enquanto profissionais de educação infantil, sendo aplicado neste contexto para os educadores sociais (SAPAROLI, 1997 apud VIENNA; UHBEHAUM, 2006).

A despeito de tais trabalhos focalizarem a realidade do setor educacional, é possível fazer um paralelo, pensando na natureza das atividades desenvolvidas por educadores de casas de acolhimento, ou seja, o cuidado de crianças e adolescentes, que ainda é realizado em sua maioria por mulheres.

Em relação ao quesito idade, os resultados mostram que quatro tinham entre 41 e 52 anos, três de 30 a 35 anos e três de 25 a 27 anos. Destes, seis possuem filhos e ou estão ou já estiveram em vínculo matrimonial.

No que se refere à escolaridade, o perfil dos educadores deste presente estudo aponta que todos ingressaram em algum tipo de formação acadêmica de nível superior, visto que quatro desses dez participantes não haviam concluído, dois estavam realizando ou finalizando uma pós-graduação e quatro dos participantes tinham finalizado a formação acadêmica em nível superior. Entre os que apresentavam formação no nível superior, seis dos participantes, se formaram na área da educação, como pedagogia ou educação especial, dois dos participantes haviam iniciado a formação na área da saúde; um em serviço social e um dos participantes havia se formado em gestão pública.

Por meio dos resultados foi possível observar, também, que todos os participantes já haviam exercido outra profissão anteriormente ao papel de educador social, como também seis deles já haviam trabalhado com crianças e adolescentes em outros serviços. Assim, os resultados indicam que os participantes possuíam uma formação e um histórico de práticas de trabalho, em sua maioria, ligadas ao contexto social e com o público infantojuvenil, corroborando com a escolha de uma prática profissional enquadrada na área do trabalho social.

Em relação ao nível de escolaridade, o estudo de Bazon e Biasoli-Alves (2000) expõe que o nível de formação está diretamente relacionado com a capacidade de atuação com essa população, além de afirmar ser determinante para a qualidade do atendimento. Por outro lado,

Vangrelino (2004), aponta que a qualidade do atendimento às crianças e aos adolescentes não se refere à formação acadêmica, pois nenhum nível de ensino curricular pode pré-estruturar os tipos de práticas e condutas que esses profissionais precisam para atuarem nessas instituições.

O campo de atuação do educador permite que se encontre lado a lado educadores com formação em diferentes níveis de ensino (ensino médio e superior), quando em nível superior formam grupos heterogêneos nas áreas de conhecimento e também têm vínculos institucionais diferentes (VANGRELINO, 2004, p.38).

Além do mais, os estudos da autora citada acima, sugerem que o educador social também é formado pelas forças existentes e atuantes da instituição, assumindo essas características sejam elas da área de saúde ou de assistência social, indicando que esses profissionais se formam e aprendem na prática do seu serviço (VANGRELINO, 2004).

De acordo com o estudo de Natali (2016), os educadores sociais não vão para a prática de seu trabalho munidos apenas por conhecimentos prévios de suas experiências com o público infantojuvenil, o que apesar de ser fundamental, não é o suficiente para configurar uma atuação profissional efetiva, evidenciando que:

Toda a ação educativa que passa por processos de estudos, reflexões e debates pode reverberar em uma prática mais legítima, ou pelo menos mais concreta, e não tão exposta a ações isoladas dos educadores ou de instituições, muitas vezes fundamentados no bom senso ou em uma noção vazia de promoção social – especialmente porque aqui tratamos de uma área que trabalha com pessoas com direitos violados. (NATALI, 2016, p.77)

Além disso, a autora refere que foi a partir da criação do ECA, que educadores sociais iniciaram suas formações para uma perspectiva de proteção integral e de defesa dos direitos, como previsto na legislação (NATALI, 2016).

Os resultados do estudo indicam, ainda, que oito dos participantes conheceram o serviço por indicação de profissionais já atuantes na instituição de acolhimento. Em relação à trajetória profissional dentro do serviço, três dentre os participantes atuavam como educador social há mais de dois anos, quatro trabalhavam há mais de um ano e três atuavam no serviço há seis meses.

4.2. Sobre a atuação e formação de educadores para casa de acolhimento infantojuvenil

Nesta seção serão apresentados e discutidos os três temas extraídos das análises das respostas abertas do questionário utilizado no presente estudo, a saber: 1. Perspectivas práticas da ação de um educador social de casa de acolhimento infantojuvenil; 2. Particularidades envolvidas no trabalho de educador social; 3. Necessidades de formação para educadores sociais.

4.2.1. Perspectivas práticas da ação de um educador social de casa de acolhimento infantojuvenil

Os resultados desta categoria temática descrevem a percepção que os educadores participantes têm acerca do papel da casa de acolhimento e do educador social atuante nessa instituição.

Foi possível observar que todos os profissionais participantes compreendem que as crianças e adolescentes são apenas encaminhados para o serviço quando há uma violação dos seus direitos, de acordo com o ECA, sendo assim, essencial para a garantia do cuidado e segurança desse público, a retirada do ambiente familiar.

Dessa forma, os educadores compreendem o caráter excepcional do afastamento da criança de seu ambiente familiar e que isso deve ser aplicado apenas em casos que não é possível realizar uma intervenção mantendo o convívio com a família nuclear ou extensa, como prevê o documento Orientações Técnicas (BRASIL, 2009).

No entanto, ainda que reconheçam tal excepcionalidade, relatam suas percepções a respeito de como as crianças e adolescentes chegam no serviço de acolhimento, destacando os aspectos emocionais dos acolhidos, tais como sofrimento, desamparo e solidão, como ilustrado nos trechos a seguir:

“Acredito que a criança ou adolescente chega ao serviço muito fragilizado e em sofrimento diante de diversas rupturas que atravessam o processo de ser acolhido. Há uma mudança de rotina, o estranhamento com o espaço e pessoas novas, é tudo muito novo e estranho. Imagino que o sentimento de solidão e desamparo seja muito grande.” (Participante M)

“Chegam assustadas e sem estrutura emocional.” (Participante F)

Dessa forma, de acordo com as Orientações Técnicas (BRASIL, 2009), antes de se considerar a hipótese do afastamento, é importante assegurar o acesso à rede de serviços que potencializam as condições de um ambiente seguro para esse público. Além disso, segundo tal normativa, o impacto do afastamento pode ser minimizado se o atendimento no serviço de acolhimento propiciar experiências reparadoras às crianças e adolescentes como também a retomada para o convívio familiar. (BRASIL, 2009).

Dessa forma, tais serviços não devem ser vistos como nocivos ou prejudiciais ao desenvolvimento da criança e do adolescente, devendo-se reconhecer sua importância dos mesmos, de forma a evitar, inclusive, a construção ou reforço de uma auto-imagem negativa ou de piedade da criança e adolescente atendidos, por estarem sob medidas protetivas. (BRASIL, 2009, p. 13).

No que tange o entendimento dos profissionais sobre o papel da casa de acolhimento, foi observado pelos resultados obtidos, que tem como principal objetivo acolher a população que se encontra em situação vulnerável; um local que possibilita a reconstituição dos direitos violados; e em sua totalidade compreender que a instituição tem a responsabilidade do cuidado e desenvolvimento em todas as esferas da vida, sendo elas saúde, educação e social, conforme observado nos trechos a seguir:

“Proteção dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Sendo ela responsável pela legitimação do retorno à família ou a integração à uma nova.” (Participante R)

“Vejo o trabalho da casa como uma forma de oportunizar as potências de cada um. O acolhimento deve ser uma ponte, que facilita os processos e aberturas de caminhos na vida destas crianças e adolescentes.” (Participante H)

O estudo de Magalhães e Cavalcante (2011), corrobora para essa percepção do papel da instituição de acolhimento na vida do público infantojuvenil, uma vez que para seu funcionamento efetivo é necessário ações que possibilitam o cuidar juntamente com o educar, entendendo que precisam ser concomitantes, pois assim podem assegurar condições favoráveis

para o desenvolvimento de todas as esferas e potencialidades das crianças e adolescentes institucionalizados.

Em relação a função da instituição de manter os vínculos familiares da criança e adolescente, os resultados mostram que os educadores sociais compreendem essa responsabilidade, de forma que a totalidade dos participantes apontaram como uma característica fundamental do serviço. Os resultados validam o que é previsto pela Orientações técnicas (2009), onde consta que é necessário empreender todos os esforços para preservar e fortalecer vínculos familiares e comunitários, visto que são fundamentais para oferecer-lhes condições para um desenvolvimento saudável, favorecendo a formação de sua identidade e constituição como sujeito e cidadão (BRASIL, 2009). “Nesse sentido, é importante que esse fortalecimento ocorra nas ações cotidianas dos serviços de acolhimento - visitas e encontros com as famílias e com as pessoas de referências da comunidade da criança e do adolescente, por exemplo” (BRASIL, 2009, p.20).

Referente ao que os profissionais do presente estudo entendem sobre o papel dos educadores, os resultados apontam que englobam principalmente o ato de cuidar e educar os sujeitos ali presentes na Casa de Acolhimento, ajudando, também, no processo de desenvolvimento pessoal da criança e adolescente - seja na reinserção na sociedade, seja no fortalecimento dos vínculos familiares rompidos ou como guias para a construção de um adulto saudável, estabelecido e autônomo, conforme é verificado nos relatos abaixo:

“Penso que o educador deve ser essa pessoa que ouve, acolhe e cuida. E que neste processo consegue mapear as demandas mais emergenciais do acolhido e assim, dar força e suporte para que este consiga mudar sua realidade. Acredito que o educador tem um papel de grande potencial transformador e tudo isso depende da forma como nos vinculamos e demonstramos nosso afeto às crianças e adolescentes.”
(Participante G)

“Cuidar, educar, instruir e dar suporte para que eles possam se desenvolver integralmente, ou seja, de forma biopsicossocial.”
(Participante K)

Neste sentido, os resultados apontam que a compreensão dos profissionais sobre seu papel corresponde às diretrizes previstas para essa categoria profissional dentro de uma instituição de acolhimento, colaborando com o fato de aprenderem na prática de seu saber

profissional. Pode-se afirmar que são relatos condizentes com o papel de um educador social, que deve assegurar o direito à escuta ativa, promovendo ações que desenvolvam o fortalecimento de habilidades, aptidões, capacidades e competências das crianças e adolescentes, de modo a estimular sua autonomia (BRASIL, 2009).

Os resultados também apontaram, que os profissionais compreendem que um dos papéis do educador social, está associado a possibilitarem espaços e trocas em um sentido familiar na vida de crianças e adolescentes institucionalizados, tendo uma carga emocional significativa em volta deste vínculo:

“O nosso trabalho é voltado totalmente na preservação destes direitos e que a construção é em muitos casos lenta, e o principal é a preservação da família, o que faz a diferença, é através da percepção desenvolver as habilidades sociais, inteligência emocional, a autorresponsabilidade, e também proporcionar a eles momentos que eles teriam em casa, eventos marcantes como: aniversário, conquistas pessoais, fases importantes, entre outros...” (Participante M)

“Os papéis são inúmeros: amar, acolher, cuidar de forma integral.” (Participante R)

“Papel de acolhedores.” (Participante T)

A análise das perspectivas dos profissionais da instituição de acolhimento, apontam que existe uma preocupação com o desenvolvimento das crianças em sua totalidade, com sua proteção, cuidado, afetividade, valores; destacando a noção de comprometimento com o bem-estar das crianças e adolescentes, garantia de seus direitos frente à sociedade, a busca por educá-las com afeto e reconhecendo as marcas que trazem a sua história. Um papel semelhante com aquele que se vivencia no ambiente familiar, na concepção dos participantes.

Dessa forma, o documento das Orientações Técnicas (2009), valida essas concepções dos profissionais, visto que consta na diretriz que o educador tem a função de vincular-se afetivamente às crianças e adolescentes institucionalizados, contribuindo para a construção de um ambiente familiar, ressaltando a importância de não competirem ou desvalorizarem a família de origem (BRASIL, 2009).

4.2.2. Particularidades envolvidas no trabalho de educador social

De acordo com os resultados analisados, foi possível assimilar que para o trabalho de um educador social existem diversas particularidades que influenciam na dinâmica, motivação e desempenho do profissional na instituição de acolhimento. Os resultados apontam que os educadores acreditam que ser educador social de casa de acolhimento depende de uma vocação, por estarem fazendo algo que impacta de forma significativa na vida e no desenvolvimento de crianças e adolescentes vulnerabilizados, salientando o sentimento de serem agentes importantes de mudança na vida e desenvolvimento dessas crianças e adolescentes, conforme explicitado nos relatos a seguir:

“A gratificação em poder ser importante e colaborar de alguma forma na vida das crianças e adolescentes.” (Participante G)

“Sinto que posso produzir muitas mudanças na vida dos adolescentes que moram na casa. Me sinto útil.” (Participante C)

“Muito importante, saber que posso atuar de forma assertiva na vida dos acolhidos me inspira e reforça meu propósito de vida.” (Participante K)

“Teve um dia que sentamos para estudar e quando vi vários adolescentes estavam juntos, fazendo as tarefas e cooperando entre si, e sem ter a necessidade de obrigar com que eles as fizessem. Achei aquilo lindo e vejo que foi resultado de alguns dias de esforços para estabelecer uma rotina e de atenções destinadas individualmente, o que só me prova o quanto fazer as coisas com afeto é revolucionário.” (Participante S)

Além disso, os resultados apontam que existem diversos momentos e trocas significativas para esses profissionais no que tange seu trabalho do dia a dia com essa população, relacionando pontos motivacionais para seguirem na área, sendo unânime a identificação que o diálogo e vínculo são principais instrumentos para um trabalho efetivo, referindo o quanto que estas estratégias de cuidado possibilitam o desenvolvimento de empatia em um contexto de atuação que é complexo e desafiador:

“Através do diálogo, poder conhecer cada adolescente, trocar experiências e ajudar com conselhos.” (Participante S)

“O papel de educar e aprender com elas e eles.” (Participante H)

“Poder fazer parte da vida de cada uma, ser reconhecida(pelos adolescentes, que ainda estão na casa e pelos que já saíram) que você teve e tem importância na vida delas.” (Participante F)

"A oportunidade de trabalhar com os adolescentes e crianças que possuem uma bagagem sofrida de vida e mostrar uma outra realidade, assim eles podem pensar e agir de forma a não reproduzir seus sofrimentos quando chegar a fase adulta.” (Participante T)

Dessa forma, os resultados apontam que o cuidado dos educadores com os acolhidos, a possibilidade de vivenciar a rotina de uma casa/lar, os incentivos das crianças e adolescentes voltarem a ter planos e metas, ter uma rede de suporte social e institucional, como também a promoção de autonomia, constituem como fatores de proteção importante para um público infantojuvenil que se encontra fragilizado e com a quebra de seus direitos (EXNER, 2020), e além disso, tal relação desempenhada no contexto da casa contribui, também, com os próprios educadores, que se sentem satisfeitos e motivados em continuarem ali, correspondendo, assim, como uma potencialidade do trabalho. Por serem profissionais que têm mais contato com os abrigados, visto que estão em plantões e exercerem a função de cuidado direto, são peças fundamentais para o serviço dentro da casa de acolhimento, além de serem essenciais as trocas de informações com a equipe técnica, buscando implementar a dinâmica do dia a dia e as situações que inferem sofrimento aos abrigados (PRADA; WILLIAMS; WEBER, 2007 apud BRITO; SOUZA, 2011).

No que tange os desafios encontrados para um trabalho efetivo, os resultados indicam que os pontos mais significativos para os participantes são: a falta de apoio e comunicação da equipe técnica; a falta de recursos estruturais e materiais; a falta de um reconhecimento salarial; sendo seguido por a sobrecarga física e emocional que o trabalho exige; questões burocráticas que envolvem outros serviços, os dando o sentimento de baixa autonomia para realizar o serviço:

“A remuneração também é um problema, dada a nossa extensa carga horária, a depender do dia é bastante estressante o turno de 12h. Não temos remuneração pelas horas extras nem feriados, acaba que a jornada de trabalho nos deixa em um cansaço crônico e sem muita possibilidade de autocuidado.” (Participante J)

“Me angustia a falta de estrutura física, recursos escassos e poucas possibilidades para desenvolver trabalhos.” (Participante C)

“A falta de comunicação com a equipe técnica.” (Participante S)

*“As burocracias internas e externas, a falta de autonomia.”
(Participante M)*

“É um trabalho que você tem que se dedicar e gostar do que faz, porque é psicologicamente estressante, coloca em dúvida todas as teorias sociais que você já viveu, e não há nada mais gratificante do que um abraço na chegada e um não vai não, na saída.” (Participante G)

No que se refere a falta de comunicação da equipe, as diretrizes referem que para que os profissionais consigam exercer sua função de educador, deve ter “capacitação adequada para desempenhar seu papel com autonomia e ser reconhecido como figura de autoridade para a criança e ao adolescente e, como tal, não ser desautorizado pelos outros profissionais do serviço” (BRASIL, 2009 p. 48).

Ademais, estudos apontam que o sistema de trabalho em plantões, principalmente noturno, aos fins de semana e feriados, como corre em casas de acolhimento, faz com que seja incompatível uma disponibilidade ou até mesmo possibilidade de compartilhar momentos de autocuidado e socialização e suporte com a rede de apoio desses profissionais, os deixando em uma situação de maior fragilidade e sobrecarga emocional e física (BRITO; SOUZA, 2011).

Além de tudo, os resultados do estudo apontaram que outro desafio para os profissionais no serviço de acolhimento, é a violência física e verbal dos acolhidos com os profissionais e entre eles. Os desafios encontram-se tanto na mediação dos conflitos, que se refletem no comportamento das crianças em suas relações, como também nas estratégias utilizadas para trabalhar os valores e particularidades de cada acolhido. Os profissionais indicaram que é possível notar um comportamento mais agitado e sem limites nas crianças e adolescentes, apresentando atitudes violentas, por vezes, indicando carência de afeto, como é ilustrado pelos trechos abaixo:

“As agressões nos companheiros de trabalho são as maiores dificuldades do trabalho.” (Participante T)

“Sinto que trabalhar a comunicação não violenta é essencial, para que a gente consiga mostrar aos nossos jovens que é possível fazer as coisas de um jeito diferente.” (Participante G)

“A falta de interesse e violência de algumas crianças e adolescentes impedem que o trabalho seja mais produtivo.” (Participante H)

Todavia, apesar de apontarem essas atitudes, os educadores compreendem que essa população teve seus direitos violados, podendo refletir em suas atitudes com os outros, o que ela já vivenciou, além de buscarem maneiras de suprir o vazio emocional negados em seu contexto familiar. Esse resultado também aponta para a necessidade de apoio informacional e formativo aos educadores no sentido de instrumentalizá-los para a construção de estratégias efetivas de mediação.

4.2.3. Demandas de formação para educadores de casas de acolhimento infantojuvenil

Foram avaliadas, pelas pesquisadoras, algumas particularidades sobre a formação dos educadores sociais, as estratégias e ferramentas pessoais que esses profissionais utilizavam ou possuíam para que efetuassem o trabalho de forma mais efetiva ou com uma maior qualidade. Os resultados do presente estudo apontam que sete entre os dez participantes julgaram que é necessário que eles sejam capacitados de uma forma continuada, estudando temáticas relacionadas com a população infantojuvenil. Todavia o que se apresenta na prática, é que apesar de existirem diretrizes que indiquem o direito de uma capacitação continuada aos educadores sociais, muitas vezes ela não acontece.

“Acredito que alguns destes direitos são facilmente preservados, como por exemplo: à educação, à saúde, à alimentação, entre outros. O preocupante é a convivência familiar e comunitária, sendo elas alvo principal de ações imediatas, para um possível desacolhimento ou a integração do mesmo a uma nova realidade. As ações dos profissionais diretamente envolvidos, serão na preservação ou desenvolvimento das habilidades sociais e inteligência emocional. Com a ausência da afetividade familiar na maioria dos casos, o profissional acaba assumindo o lugar de referência, ponto a ser levado com muita atenção, pois não permite a substituição da figura paterna/materna, mas

necessita da observação dos ensinamentos que uma família estruturada traria, já que a convivência familiar influencia a construção do caráter de um ser humano, linha facilmente, se faltar atenção, confundida com afetividade extrema, envolvimento e falsa substituição da figura familiar. Acredito que isso tudo pode ocorrer com a falta de capacitação, orientação e interesses dos profissionais.” (Participante J)

“Mais formação voltada à área.” (Participante T)

“Cursos de capacitação.” (Participante R)

Como já mencionado no estudo, de acordo com alguns autores, a capacitação continuada é uma das principais estratégias para garantir que o cuidado oferecido nos serviços de acolhimento seja, de fato, protetivo (MAGALHÃES; COSTA; CALVALCANTE, 2011; BRASIL, 2009). Investir na capacitação dos educadores, assim como de toda a equipe que atua na casa de acolhimento, é imprescindível para uma qualidade no cuidado e atendimento com o público infantojuvenil, visto que exige um conhecimento técnico e complexo, para além das dimensões da dedicação e vontade dos profissionais para com o trabalho (BRASIL, 2009).

A capacitação e formação continuada também pode envolver uma metodologia de capacitação conjunta dos profissionais de diversos serviços de acolhimento e de outros atores do Sistema de Garantia de Direitos e da rede de atendimento, de modo a promover maior intercâmbio e troca de experiências, além de fortalecer a articulação entre esses atores (BRASIL, 2009, p. 58).

A capacitação que o educador social requer, também pode ser elaborada por meio da supervisão clínico institucional ou apoio institucional. A supervisão foi instituída no SUS em 2005, dentro do programa de qualificação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), e é uma ferramenta da rede de saúde mental, que possui o objetivo de promover o cuidado, democratização das instituições, e capacitação aos trabalhadores, por meio de outro profissional externo ao serviço. O apoio institucional pode atuar em três eixos, sendo o clínico, onde há a possibilidade de rever o cotidiano do serviço, com o intuito de empoderamento dos profissionais, além de ajudar os trabalhadores a compreender onde o serviço está inserido na rede, e assim utilizá-la para recursos; o eixo da gestão, no sentido que os serviços que são

supervisionados, fazem parte do sistema do SUS ou SUAS, sendo necessário enquadrar suas ações com as diretrizes dessa rede; o eixo da formação, onde a supervisão vai contribuir para a formação profissional e continuada dos trabalhadores, e conseqüentemente apoiando uma construção coletiva (FERIGATO; DIAS, 2013).

Além do mais, a supervisão é um espaço de trocas de experiências e de cuidado e de proteção dos profissionais, promovendo um ambiente de apoio e reflexão, possibilitando “uma sensibilização em relação ao público atendido, bem como para construção de intervenções com mais qualidade, favorecendo a dimensão educacional a partir das relações cotidianas entre educadores e criança/adolescente” (BARROS; NAIFF, 2015 p.252).

Outro ponto abordado pelos participantes sobre as estratégias que ajudariam nas particularidades do trabalho como educador social, é a importância de terem profissionais experientes que possam ajudar no processo da entrada de profissionais recém-contratados na Casa de Acolhimento.

“Apoio das (os) educadores(as) mais experientes é algo que ajudaria que eu exercesse o trabalho de forma mais efetiva.” (Participante H)

De acordo com as Orientações Técnicas (2009), é necessário que os profissionais recém-contratados passem por uma capacitação introdutória, que lhe possam possibilitar a inserção no serviço e na equipe já existente, permitindo que acompanhe a rotina da instituição como observador, além de realizarem um contato inicial com: as legislações pertinentes à temática que se aplica ao serviço (SUAS, ECA); a apresentação da rede de políticas públicas, com o objetivo que o profissional compreenda as medidas protetivas, competências e limitações de cada órgão; as etapas do desenvolvimento da criança e adolescente; os comportamentos frequentes observados entre a população que é separado do convívio familiar que sofreram abandono, violência; o trabalho em rede; a metodologia de trabalho com as famílias; as novas configurações familiares e realidade das famílias em situação de risco; as práticas educativas como ajudar a população a lidar com sentimentos; os cuidados específicos com crianças e adolescentes com deficiências ou necessidades específicas de saúde (BRASIL, 2009).

Entretanto os relatos dos profissionais do presente estudo, apontam que apesar de existirem diretrizes que dão o suporte do conhecimento teórico-técnico, não somente para profissionais já atuantes no serviço, mas também para profissionais recém contratados, com um

modelo introdutório ao serviço, é visto que isso não se aplica na prática, gerando falta de clareza em seu papel como educadores sociais, além de não conseguirem realizar o trabalho de forma segura e efetiva, influenciando e impactando assim, na dinâmica do trabalho (TIMONEN-KALLIO; HAMALAINEN, 2019; GHARABAGHI, 2010).

Os profissionais também apontaram como demanda para um trabalho mais efetivo na Casa de Acolhimento o apoio da equipe técnica e dos próprios colegas educadores, como uma rede de suporte no processo introdutório do serviço, como também fontes importantes de auxílio e assistência durante o período que atuam no equipamento, além dos resultados indicarem a relevância de uma comunicação saudável e efetiva com a equipe de educadores e técnica. Como podem ser avaliados nos trechos a seguir:

“Estratégias de comunicação com a equipe. Como são diversos turnos, sinto que não conhecemos todos a fundo e muitas vezes sinto que não há uma comunicação legal entre alguns membros, o que deixa o ambiente de trabalho bastante tóxico com leva e traz.” (Participante K)

“Com certeza uma estratégia que melhora o trabalho são as vinculações e parcerias com membros da equipe. Às vezes, o dia está difícil, mas ter gente junto com você, faz com que fique mais leve, estamos sempre rindo e brincando. Acho que isso facilita.” (Participante F)

“O coordenador, os educadores, os técnicos atuando de forma conjunta, com ações positivas, que são essenciais para que o trabalho seja bom para todos.” (Participante C)

Dessa forma, é importante ressaltar que o bom trabalho em equipe parece ser considerado como fundamental para a criação de espaços de escuta e de colaboração entre os profissionais, o que vai ao encontro das diretrizes para o trabalho de educadores em casa de acolhimento, que apontam que o educador deve participar e ter sua opinião ouvida e validada pela equipe técnica do serviço, devido a vinculação significativa do educador social com o acolhido, consequentemente estando em maior contato com a criança ou adolescente (BRASIL,

2009). Além disso, a validação e reconhecimento do profissional dentro da equipe resulta em uma valorização intrínseca do trabalho desses profissionais, entendendo-se como estratégico a construção de espaços de diálogo e compartilhamento (EXNER, 2020). Assim, a equipe deve trabalhar de forma sinérgica, contribuindo para uma construção de estratégias que colaborem para o desenvolvimento de um ambiente potente para os próprios profissionais, ato o qual, irá influenciar o contexto do cuidado efetivo e significativo para as crianças e adolescentes acolhidos.

No que tange o processo da formação do educador na prática, os resultados apontam que outra possível estratégia que beneficiaria o trabalho dos educadores sociais na Casa de Acolhimento é o apoio dos órgãos municipais e estaduais. A Orientação Técnica aponta que uma comunicação eficiente e ágil dos órgãos encaminhadores com o serviço de acolhimento é fundamental para que os profissionais sejam inteirados previamente acerca de cada novo acolhimento (BRASIL, 2009), demanda indicada pelos resultados do presente estudo como se é possível concluir pelos trechos:

“Excesso de burocracias acabam dificultando a comunicação com assistência social, questões judiciais sobre a situação das crianças/adolescentes.” (Participante S)

“Lidar com a assistência social tem muitos atravessamentos burocráticos, isso é bastante angustiante.” (Participante R)

“A maior participação e colaboração dos órgãos municipais e estaduais ajudariam em um maior desempenho do trabalho, visto que por vezes somos deixados sem conhecimento sobre algum processo que envolve o acolhido.” (Participante M)

Outro ponto importante apontado pelos resultados do estudo é a demanda de um reconhecimento salarial desses profissionais; a estabilidade no emprego e o reconhecimento financeiro, permitem que rotatividade entre esses profissionais diminuam, além de criar condições favoráveis para melhorar a comunicação interna com os técnicos da instituição, como também possibilita o planejamento do trabalho de forma mais dinâmica e direcionada (CAVALCANTE; CORRÊA, 2012).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo, foi possível apreender as percepções de educadores sociais de uma casa de acolhimento infantojuvenil a respeito do trabalho desenvolvido, suas potencialidades e desafios e, ainda sobre as demandas de formação e de educação permanente para os profissionais de serviços de acolhimento institucional às crianças e adolescentes, como é apontado pelas Orientações Técnicas destes serviços (BRASIL, 2009) e pela literatura. Acredita-se que os objetivos foram atingidos e os resultados contribuem para o campo da atenção especializada ofertada pelos serviços de acolhimento, na medida em que foram produzidos a partir da escuta dos próprios educadores sociais que assistem esse público institucionalizado, buscando considerar a voz deste coletivo, tendo em vista a construção de processos formativos mais significativos com o intuito de abordar as perspectivas e demandas dessa categoria, para profissionais recém-contratados.

Foi possível observar que os (as) educadores(as) participantes compreendem o papel da instituição na qual trabalham, bem como de seu papel de educador(a) social de uma forma que vai ao encontro do que está colocado nas diretrizes, ou seja, cuidam e educam os acolhidos, contribuindo no desenvolvimento deste público - seja na reinserção na sociedade, no fortalecimento dos vínculos familiares rompidos ou como guias para a construção de um adulto saudável, promovendo ações que garantam suas habilidades e competências, a modo de fortalecer gradativamente sua autonomia.

No entanto, apontam desafios, tais como as dificuldades de comunicação com a equipe técnica, falta de capacitação continuada sobre esse público-alvo, apoio dos órgãos municipais e estaduais no trabalho em rede; a necessidade de terem profissionais experientes que possam ajudar no processo da entrada de profissionais recém-contratados na Casa de Acolhimento; apoio da equipe técnica e dos educadores para um trabalho mais efetivo e reconhecimento salarial desses profissionais.

Em relação a demanda da capacitação continuada pelos educadores sociais e que também é prevista pela Orientação Técnica (2009), foi possível relacionar com o instrumento do apoio institucional, visto que o apoio pode englobar preceitos que trabalhem com os profissionais sobre a rede de assistência e como o serviço e profissionais estão inseridos nela e como eles podem acionar a rede de cuidado, o apoio institucional pode ser um facilitador para lidar com a transversalidade de diferentes linhas de força/ poder que pode-se encontrar na

instituição, uma forma de lidar com a problematização da relação estabelecida entre a coordenação dos serviços e a equipe, além de constar o eixo da formação e capacitação continuada para esses profissionais, na construção coletiva, a partir das potências e limites dos trabalhadores.

Nesse sentido, o profissional de terapia ocupacional pode atuar como uma ferramenta potente deste apoio institucional, possibilitando a prática de exercícios/experiência do compartilhamento e a corresponsabilidade do emprego; contribuindo para a formação dos trabalhadores e para a redução de seu sofrimento psíquico no trabalho; trabalhando em estratégias e dinâmicas que influenciam para uma convivência respeitosa diante das diferenças e particularidades de cada um, possibilitam também por meio de atividades e pela escuta qualificada a sensação de pertencimento dos educadores, podendo resultar em desenvolvimento de vínculos importantes para o desempenho profissional, qualidade do atendimento institucional e o bem-estar das crianças e dos adolescentes.

Quanto aos limites do presente estudo aponta-se o número reduzido de participantes, como também a forma metodológica de coleta de dados, o *Google Forms*®, devido a impossibilidade de encontros e entrevistas presenciais em razão da Pandemia da COVID-19, tal cenário pode influenciar diretamente no número dos participantes da pesquisa.

De qualquer forma, considera-se que essa pesquisa contribui, levantando subsídios para a reflexão, planejamento e execução de políticas de formação continuada de educadores(as) sociais de casas de acolhimento infantojuvenil, pautados nas percepções dos(as) próprios(as) trabalhadores(as). Acredita-se que, com melhor formação e espaços de participação e aperfeiçoamento, nos quais as realidades locais sejam ouvidas e consideradas, estes serviços poderão melhorar o cumprimento de sua função de garantir os direitos às crianças e adolescentes que necessitam do acolhimento.

No entanto, apesar do crescente interesse de pesquisas que tomam os educadores sociais de instituições de acolhimento como objeto de estudo, suas práticas e demandas, ainda são incipientes, principalmente quando envolvem a escuta ativa dos educadores sociais; as percepções dos(as) profissionais a respeito das informações teórico-práticas que consideram importantes para educadores recém-contratados; a participação colaborativa dos educadores no processo de se realizar a prática profissional e na sua capacitação. Assim, indica-se a continuidade de estudos dessa natureza, uma vez que podem contribuir para uma melhor

compreensão do conhecimento teórico dos profissionais referente à temática do público infantojuvenil institucionalizado.

6 REFERÊNCIAS

1. BARROS, N. S; NAIFF, L. A. M. Capacitação para educadores de abrigo de crianças e adolescentes: identificando representações sociais. **Estud. pesqui. psicol.** v. 15, n.1, p. 240-259, 2015.
2. BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Portugal: Edições 70, 2009.
3. BAZON, M. R; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. **A transformação de monitores em educadores: uma questão de desenvolvimento**. *Psicologia: reflexão e crítica*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 199-204, 2000.
4. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Caminhos para uma política de saúde mental infanto-juvenil**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 2. ed. rev. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005.
5. BRASIL. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, junho de 2009. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-eadolescentes/programas/pdf/orientacoes-tecnicas.pdf>
6. BRASIL, Portaria nº 397/02 de 09 de outubro. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Acessado em 23 de outubro de 2019, disponível em <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/legislacao.jsf>>.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório Final da III Conferência Nacional de Saúde Mental**. Brasília, 2002.
8. BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.
9. BRASIL. **Sistema Único de Assistência Social**, 2011.
10. BRITO, C.V; SOUZA, J.C. **Qualidade de vida dos educadores sociais em abrigos de proteção a crianças e adolescentes**. *Psicologia: Teoria e Prática*, vol. 13, núm. 1, 2011, pp. 89-100
11. CALVALCANTE, L.I.C; CORRÊA, L.S. **Perfil e trajetória de educadores em instituições de acolhimento infantil**. *Cadernos de Pesquisa* v.42 n.146 p.494-517 maio/ago. 2012

12. CID, M.F.B; GASPARINI, D.A. **Ações de Promoção à Saúde Mental Infantojuvenil no contexto escolar: um estudo de revisão**. Rev. FSA, Teresina, v. 13, n. 1, art. 6, p. 97-114, jan. /fev. 2016
13. COUTO, M.C.V; DELGADO, P.G.G. **Crianças e adolescentes na agenda política da saúde mental brasileira: inclusão tardia, desafios atuais**. Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 17-40, jun. 2015.
14. EXNER, C et al. **Saúde Mental Infantojuvenil: estratégias de cuidado em Unidade de Acolhimento**. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, ISSN 1984-2147, Florianópolis, v.12, n.31, p.60-86, 2020
15. FERIGATO S, DIAS MK. **A supervisão clínico-institucional: um dispositivo teórico-prático para o fortalecimento das redes em saúde mental**. In: Dias MK, organizador. Dispositivos de atenção em saúde mental e seus desafios: os impasses na consolidação de uma atenção em rede. Natal: EdUnP, p. 83-102, 2013.
16. FERNANDES, A. D. S. A.; MATSUKURA, T. S., LUSSI, I. A. O., FERIGATO, S. H., & Morato, G. G. **Reflexões sobre a atenção psicossocial no campo da saúde mental infantojuvenil**. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional. 28(2), 725-740, 2020.
17. FUNDAÇÃO IBGE. **Censo da Educação Básica: IBGE 2019**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 dez. 2020.
18. GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005. (Série Pesquisa em Educação, 10). GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
19. GODOY, A.S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. São Paulo: v.35, n.2, p-57-63, 1995.
20. GHRABAGHI, K Kiaras Gharabaghi. **In-Service Training and Professional Development in Residential Child and Youth Care Settings: A Three Sector Comparison in Ontario**, *Residential Treatment for Children & Youth*, 27:2, 92-114, 2010.
21. LOURENÇO, M.S.G. **Saúde Mental Infantojuvenil: identificando realidades de municípios que não contam com CAPS Infantojuvenil, a partir da Atenção Básica em Saúde**. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional) - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, p. 162, 2017.
22. MAGALHAES, Celina Maria Colino; COSTA, Lúcia Negrão; CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves. **Percepção de educadores de abrigo: o seu trabalho e a criança**

- institucionalizada**. Rev. bras. crescimento desenvolvimento humano. São Paulo, v. 21, n. 3, p. 818-831, 2011.
23. MARTINS, H.H.T.S. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.
24. NAIFF, L.A.M. **Acolhendo crianças e adolescentes da violência social**. Boletim Interfaces da Psicologia, v. 1, p. 26-30, 2008.
25. NATALI, P.M. **Formação profissional na educação social: subsídios a partir de experiências de educadores sociais latino-americanos**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá. Maringá, p.243, 2016.
26. ORIONTE, I.; SOUSA, S.M.G. **O significado do abandono para crianças institucionalizadas**. Psicologia em Revista, v.11, n.17, p. 29-46, 2005.
27. RIZZINI, I; NAIFF, L; BATISTA, R. **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção de direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. Cortez Editora, São Paulo 2007.
28. TIMONEN-KALLIO, E; HAMALAINEN, J. **Social pedagogy-informed residential childcare**. International Journal of Social Pedagogy.v.7, n.1, 2019.
29. VANGRELINO, A. C. S. **Processo de formação de educadores sociais na área de infância e juventude**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.
30. WEBER, F. **A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo?** Horiz. Antropol, v.15, n.32, p.157-170, 2009.
31. WESTPHAL, M. F.; BÓGUS, C. M.; FARIA, M. M. **Grupos Focais: experiências precursoras em programas educativos em saúde no Brasil**. Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana (OSP), Washington, v. 120, n. 6, p. 472 – 482, jun. 1996.

7 ANEXOS

7.1 Anexo I - Autorização de pesquisa em espaço público



Prefeitura Municipal de São Carlos
Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social
 Estado de São Paulo

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA EM ESPAÇO PÚBLICO

Conforme análise realizada na documentação apresentada e parecer favorável do setor responsável para realização de pesquisa da Senhora **Maria Julia Felix Huber**, RG. nº 42.435.918-2-SSP/SP e CPF. nº 424.478.538-82, aluna regular do curso de graduação em Terapia Ocupacional, na Universidade Federal de São Carlos -UFSCar; fica a mesma **autorizada** a realizar pesquisa no equipamento: Casa de Acolhimento Infantil "Claudia Picchi Porto", que é vinculado a esta Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, período de início e término: de março à setembro de 2020, para trabalho de pesquisa referente a temática: **"Formação de educadores sociais de casas de acolhimento infanto-juvenil: identificando demandas e propondo ações"**.

Destaca-se a relevância de ao final da pesquisa um exemplar da mesma deverá ser entregue à Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social para fins de complementação e finalização do processo.

São Carlos, 11 de março de 2020.

Glaziela C. Solfa Marques
 Secretária Municipal de Cidadania e Assistência Social

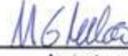
Ciente e de acordo: 13 / 03 2020

Assinatura da aluna

SECRETARIA MUNICIPAL
 DE CIDADANIA E
 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rua Conde do Pinhal, 2228 - CEP 13560-648 - São Carlos - SP
 Fones / Fax: (16) 3371-2290 / 3371-1122
social@saocarlos.sp.gov.br

7.2 Anexo II - Comitê de Ética de Pesquisa em Seres Humanos

1. Projeto de Pesquisa: Formação de educadores sociais de casas de acolhimento infanto-juvenil: construindo demandas e propostas de ação.			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 50			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 4. Ciências da Saúde			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: Maria Fernanda Barboza Cid			
6. CPF: 320.917.698-19		7. Endereço (Rua, n.º): MIGUEL PETRONI, 4900 Residencial Eldorado casa 143 SAO CARLOS SAO PAULO 13563470	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO		9. Telefone: (16) 3364-5720	10. Outro Telefone:
		11. Email: mariafermandacid@gmail.com	
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: <u>10</u> / <u>03</u> / <u>2020</u>		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Universidade Federal de São Carlos/UFSCar		13. CNPJ: 45.358.058/0001-40	14. Unidade/Órgão: CCBS
15. Telefone: (16) 3351-8028		16. Outro Telefone:	
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável: <u>Profa. Dra. Maria da Graça Gama Melão</u> Diretora do CCBS		CPF: <u>089.324.378-74</u>	
Cargo/Função:			
Data: <u>13</u> / <u>03</u> / <u>2020</u>		 Assinatura	
PATROCINADOR PRINCIPAL		<u>Profa. Dra. Maria da Graça Gama Melão</u> Diretora do CCBS	
Não se aplica.			